

Ecoturismo em questão: possibilidades de interpretação ambiental e desenvolvimento sustentável na Área de Proteção Ambiental (APA) da Lagoa de Iriry, Rio das Ostras (RJ)

Francisco José Figueiredo Coelho

RESUMO

Este artigo discute a Área de Proteção Ambiental (APA) da Lagoa de Iriry, Rio das Ostras, RJ, como Unidade conservacionista de grande potencial ecoturístico. Analisa distintas possibilidades sustentáveis para o desenvolvimento local e ressalta a interpretação ambiental como atividade favorecedora da consciência ecológica, necessária para a convivência harmoniosa entre a comunidade e o meio ambiente.

PALAVRAS-CHAVE: APA da Lagoa de Iriry; Educação ambiental; Ecoturismo; Desenvolvimento sustentável.

Ecotourism in question: the possibilities of interpretation and environmental sustainable development in the Environmental Protection Area (APA) Lagoa do Iriry, Rio das Ostras (RJ), Brazil

ABSTRACT

This article discusses the Area of environmental protection of Lagoa de Iriry, Rio das Ostras, RJ, as ecological space with great ecotouristic potential. It Analyses possibilities to get maintainable development in this area and considers the environmental interpretation as important factor to allow ecological conscience, important to community and environment live in harmony.

KEYWORDS: Area of Environmental Protection of Lagoa do Iriry; Environmental Education; Ecotourism; Maintainable development.

Introdução

O Ecoturismo se caracteriza como uma alternativa na promoção da inclusão social e maior e igual distribuição de renda nas comunidades, melhorando a qualidade de vida na mesma. Para Kinker (2005), o termo abarca, principalmente, atividades desportivas e/ou socioambientais em ambientes naturais que devem ser conservados, apresentando amparo legal para tal.

Na perspectiva da autora, o ecoturismo tem como princípio a utilização de recursos naturais conservados, uma vez que a natureza conservada é o seu atrativo

principal. Segundo ela, deve haver a preocupação em causar o mínimo de impactos ao meio ambiente natural e cultural, inclusive com a destinação do lixo e esgoto, utilização de energias renováveis, análise da capacidade de carga e monitoramento da visitação, dentre outros.

Debruçando-se sobre a definição da EMBRATUR, podemos considerar a prática ecoturística como:

(...) um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (EMBRATUR, 1994).

Podemos entender, respeitando a definição, que uma das grandes dimensões do ecoturismo é a preocupação com a conservação do meio. Tal sentimento traz em sua essência, o que denominamos de consciência ecológica. Isso nos faz considerar que as atividades ecoturísticas não devem ser apenas vistas como práticas de lazer, mas como ações que proporcionem visão panorâmica da natureza, envolvendo suas dimensões ecológica, de lazer e saúde. Essa articulação proporciona um ecoturismo de qualidade interpretativa, onde o visitante pode perceber as diferentes relações e o funcionamento das partes em seu ecossistema. Esse pensamento também é compartilhado por Kinker (2005) e Andrade (2005) quando concordam que uma prática ecoturística de qualidade favorece tanto o visitante quanto a comunidade objeto de visitação. Segundo eles, ambos podem promover a conservação da área e serem beneficiados desta, principalmente quando se trata de uma Unidade de conservação da natureza.

Para Pinto *et al.* (2008), a atividade ecoturística possui uma intrínseca relação com as Unidades de Conservação da Natureza. Estas são áreas especialmente protegidas e destinadas à conservação de seus recursos naturais e seu uso sustentável. Em concordância com os autores, o maior de seus objetivos é regular as complexas relações entre os estados cidadãos e o meio ambiente, propiciando a adequada conservação desses espaços e seus remanescentes biomas e considerando os aspectos naturais e culturais da comunidade onde a Unidade conservacionista esteja inserida.

A utilização de espaços naturais para recreação e apreciação da beleza cênica é remota. Esse desejo surgiu como consequência do crescimento das cidades, a partir do século XIX, quando a população urbana passou a frequentar o espaço rural e os ambientes naturais, prioritariamente em busca de esporte e lazer. Com o contínuo crescimento metropolitano, também aumentaram as visitas em áreas protegidas, muitas inseridas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (BRASIL, 2000).

No caso da APA da Lagoa de Iriry, unidade objeto de estudo, localizada no município de Rio das Ostras, RJ, esta é uma área classificada pelo SNUC (BRASIL, 2000) como uma Unidade de conservação de caráter sustentável.

Entende-se por Área de Proteção Ambiental (APA):

(...) uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos, proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (BRASIL, 2000).

A interpretação ambiental é um momento importante da atividade ecoturística. É nessa etapa que o visitante aguça seus sentidos e os utiliza para observar e apreciar o meio. Todos os sentidos são importantes, mas a visão, audição e tato nos parecem peculiares. É através das cores, das formas, do brilho, da sensação térmica e dos ruídos, que os visitantes podem sentir o ambiente que visitam. Esse processo é fundamental para que haja sensibilização quanto à importância da existência daquele espaço e de sua conservação. Compartilhamos com distintos autores (JACOBUCCI, 2008; GOHM, 1999; CARVALHO, 1994) a ideia de que espaços sensibilizadores também são espaços educacionais, com significativa diferença dos espaços institucionais escolares.

Considerar a APA da Lagoa de Iriry como um espaço não-formal educacional implica em considerá-la como lugar possível para desenvolver atividades educativas (JACOBUCCI, 2008; GOHM, 1999). Dessa forma, Jardins botânicos, Jardins zoológicos e Unidades de conservação da Natureza, dentre outros espaços, podem ser considerados espaços educacionais não-formais de Educação, em especial de educação ambiental.

Visto a crescente visitação de turistas e moradores de Rio das Ostras à APA da Lagoa de Iriry, o presente trabalho se propôs a estudar as visitas ecológicas ocorridas nessa Unidade de conservação, analisando distintas possibilidades para seu desenvolvimento ecoturístico, ressaltando principalmente a importância da interpretação ambiental para o desenvolvimento sustentável local.

Metodologia

A APA da Lagoa de Iriry é uma Unidade de Conservação com 849.873,00 m² de área, mantida pelo poder público municipal de Rio das Ostras, RJ, BR. Trata-se de uma Unidade conservacionista de uso sustentável (BRASIL, 2000), que recebe o mesmo nome da Lagoa situada em seus domínios.

A Lagoa de Iriry está situada entre os loteamentos Jardim Bela vista e Mar y Lago, no bairro Costa Azul. Apresenta terrenos marginais predominantemente arenosos, com 12 ha de área, perímetro de 2,65 km e profundidade média de 1,5 m. Também conhecida como Lagoa da Coca-Cola, por sua alta concentração de ácidos húmicos e fúlvicos dissolvidos, resulta da decomposição das folhas e galhos mortos que caem das plantas de sua bacia de drenagem. Os ácidos são pouco utilizados pelos organismos que habitam a lagoa. O acúmulo destas substâncias não permite a penetração da luz na água, o que provoca a sua aparência escura (RIO DAS OSTRAS, 2004).

Mesmo escurecida, em seu contraste com a vegetação esverdeada e amarelo pálida, torna-se um belo ponto de apreciação natural, lazer báltico e desportivo. Outro cenário de considerável valor ecoturístico é sua barra de comunicação fechada com o mar, podendo ser aberta em casos de fenômenos marinhos abruptos.

Em 2000, através do Decreto municipal 028 (27 de julho), a lagoa e seu entorno foram transformados em Área de Proteção Ambiental. Criada efetivamente a partir da Lei 740/2003, como seus objetivos principais, destacam-se:

(...) disciplinar o processo de ocupação da área, a fim de proteger a diversidade biológica, bem como proteger as bacias hidrográficas ali existentes, de forma a assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais e a qualidade de vida (RIO DAS OSTRAS, 2004).

Os objetivos citados vinculam-se à Lei estadual 11.130/87, identificados em seu terceiro artigo, considerando que a região onde se localiza a Lagoa de Iriry é uma área de interesse especial do Estado. Segundo a mesma lei, trata-se de área de interface em zona de proteção de orla marítima (item IV). Além disso, é zona de proteção de ambiente lacustre (item VI) e uma área de potencial interesse turístico (item VIII).

Durante a pesquisa, tornou-se possível identificar alguns aspectos que se caracterizam como forças e oportunidades para o desenvolvimento do ecoturismo na APA da Lagoa de Iriry. Para isso, foi utilizada a seguinte metodologia:

Quanto às técnicas e instrumentos de coletas de dados, foram realizadas as

pesquisas documental, bibliográfica e de campo, marcada pela observação direta da unidade e sua infra-estrutura, bem como da política pública de gestão da APA.

Resultados e Discussão

Em análise sobre o potencial ecoturístico e a situação dos atrativos e infra-estrutura da Área de Proteção Ambiental, chegou-se a alguns resultados e propostas que podem ser observados no Quadro 1, posteriormente, discutidos.

Para montagem da tabela, nos debruçamos nos itens considerados mais relevantes, seguindo o modelo organizado por Pinto *et al.* (2008) em sua investigação na APA do Moro do Urubu, Aracaju, SE. Nosso modelo descreve de forma semelhante, algumas potencialidades identificadas na APA da Lagoa de Iriry:

Quadro 1 – Potencialidades da APA da Lagoa de Iriry

POTENCIALIDADES	SITUAÇÃO ATUAL	RELEVÂNCIA ECOTURÍSTICA	SUGESTÕES PARA DESENVOLVIMENTO
ÁREAS DE LAZER NA APA (naturais e artificiais)	Áreas conservadas do ponto de vista de manutenção, sendo comprometida em finais de semana e eventos; Presença de pedalinhos para deslocamento mecânico na lâmina d'água da lagoa; Realização periódica de eventos culturais, desportivos e ambientais na região; Pavimentação adjacente que permite caminhada.	Possibilidade de trabalhar com a interpretação e sensibilização ambiental por meio de trilhas (pavimentação) e apreciação paisagística; Possibilidade de participação em atividades culturais e desportivas em ambiente natural.	Ampliação do número de funcionários (locais) para manutenção em dias de maior movimentação e eventos; Ampliação do policiamento civil e ambiental na unidade, promovendo a segurança dos visitantes e a conservação ambiental da unidade.
BIODIVERSIDADE	Grau significativo de desmatamento, ocupação desordenada e despejo de lixo nas faixas marginais da lagoa, preamar e vias pavimentadas.	Espaço potencial para observação da natureza (flora, fauna e relações ecológicas) e pesquisas científicas.	Promoção do reflorestamento ¹ das áreas mais degradadas da restinga, trabalhando incisivamente a educação ambiental de resíduos no local.

Continua...

...continuação.

POTENCIALIDADES	SITUAÇÃO ATUAL	RELEVÂNCIA ECOTURÍSTICA	SUGESTÕES PARA DESENVOLVIMENTO
ESTRUTURA DE APOIO PARA ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Ausência de um centro de informações e escassez de funcionários para prestar informações ambientais e ecoturísticas; Placas informativas sobre localização e biodiversidade em processo considerável de degeneração; Existência de expedições escolares à APA, realizado pelo NEAM.	Possibilidade de utilização para práticas de Educação ambiental escolar e comunitária, pesquisa científica, centro de visitação, eventos socioculturais e socioambientais etc.	Criação de um centro de visitantes na APA, onde os turistas possam receber mais detalhes históricos, culturais e biológicos da unidade e região; Renovação das placas de localização e informações ambientais sobre a unidade; Necessidade de profissionais com nível formativo em ciências ambientais para esclarecimentos sólidos durante as expedições ambientais escolares e comunitárias.
MIRANTE	Interessante atrativo que favorece a apreciação da APA; Ausência de fiscalização no mirante (entrada e cume).	Proporciona uma visão geral da unidade de conservação, revelando a dimensão do espaço natural, inclusive para propósitos não-ecoturísticos.	Promoção de maior qualidade de manutenção do mirante e de sua infra-estrutura, utilizando o espaço para visualizar a unidade como apreciação paisagística e desenvolver atividades de educação ambiental.
LOCALIZAÇÃO E ACESSO	Proximidade à Praia de Costa azul; Fácil acesso por transportes alternativos (vans, kombis, taxis etc.); Fácil localização e estacionamento aberto em via pavimentada.	Local de acesso rápido e simples (cerca de 3 km do centro) por diferentes meios, podendo ser facilmente inserido em roteiros ecoturísticos regionais e do estado do RJ.	Maior segurança e manutenção das vias pavimentadas e dos estacionamentos, principalmente nos dias de maior visitação.
ALIMENTAÇÃO	Presença de quiosques na faixa marginal direita da Lagoa; Presença de vendedores ambulantes, cadastrados pela prefeitura.	Possibilidade de visitar o local e apreciá-lo por longos períodos, havendo alimentos e sombra para repouso e observação.	Orientação aos vendedores dos quiosques quanto à adequada gestão de resíduos; Promoção de atividades parceiras de educação ambiental sensibilizando os visitantes para não sujarem a lagoa, sua faixa marginal e demais áreas da unidade através de seus resíduos alimentares; Maior policiamento ambiental fiscalizador da destinação dos resíduos alimentares produzidos pelos visitantes.

A observação e análise locais nos revelam que a APA da Lagoa de Iriry apresenta uma dimensão estruturada tanto para a prática do turismo quanto do ecoturismo. A ausência de um centro de visitantes (centro de informações), porém, torna-se fator inibidor de uma prática ecoturística com maior qualidade interpretativa, principalmente devido à carência de profissionais com formação científica mais sólida (técnica ou superior). Esta dificuldade se prolonga para outros espaços de visitação municipal, focados na apreciação e interpretação ambiental, como o Monumento Natural dos costões Rochosos. Distintas questões político-administrativas justificam o fenômeno, o que não nos é pertinente nessa pesquisa. No entanto, existem tentativas de ampliação das visitas à APA, por meio das divulgações midiáticas, de eventos culturais ocorridos no local e de expedições ambientais com visitação à unidade, desenvolvidas pelo NEAM². A última estratégia nos parece bem sucedida, principalmente no âmbito escolar.

Além desses fatores, a carência de atividades de educação ambiental, comunitárias principalmente, tendem a diminuir o potencial ecoturístico da APA, reduzindo-a à local de lazer balneário. Essa lacuna nos parece apresentar relação direta com a poluição por resíduos urbanos, encontrados em diferentes pontos da unidade. Acompanhando tal pensamento, a gerência de Unidade de conservação poderia se preocupar mais com o fluxo turístico e, particularmente, com os moradores ali inseridos e suas condutas conservacionistas, buscando sensibilizá-los sobre a importância do ecoturismo para a região. Essa ideia não é fruto da investigação, mas uma necessidade já estabelecida no plano de manejo da APA:

(...) Essa modalidade de educação (ambiental) possui grande aplicabilidade na educação popular, contribuindo para aperfeiçoar a consciência dos problemas ambientais e buscar soluções práticas para tais problemas, a partir da própria comunidade em que o cidadão está inserido (RIO DAS OSTRAS, 2000).

No fragmento citado, fica clara a ideia de que uma das metas para a conservação da unidade foi a de sensibilização dos cidadãos ali existentes, acima de tudo porque a APA foi projetada e construída numa área antrópica.

No que tange à biodiversidade, principalmente em torno da lagoa, são facilmente identificadas dunas de praia, brejos de lagoa e moitas de restinga. Um tour ao redor do espelho d'água revela o papel das moitas como grandes esconderijos biológicos. Mesmo sofrendo com a falta de consciência ambiental, marcadas principalmente pelo depósito de resíduos, pisoteio e aterramento ilegal das margens, a APA revela exuberante sua biodiversidade silvestre: Bem-te-vis, Martim-pescadores, Murerês-rendados, Jaçanãs, Frangos d'água, Saracuras sanas, Cambaxirras, Urubus-de-cabeça-vermelha, Carcarás, Gaviões carijós, Gaivotas, Marrecas Irerês, Sabiás-da-praia (em extinção), Sabiás do campo, Anus brancos e pretos, Tisiús, entre outros. Em suas águas lânticas ainda predominam peixes de água doce como os Mamarrês, Barrigudinhos, Acarás, Morobás, Mussuns, Traíras e Pitus; e peixes de água salgada como Robalos, Curvinas e Carapebas. Borboletas cinzentas e Lavadeiras-mascaradas são alguns representantes da diversidade de insetos da região. No período noturno, numa caminhada pela APA, mesmo em seus pontos pavi-

mentados, é possível cruzar o caminho com algumas corujas buraqueiras e observá-las em busca de alimento.

No que se refere às áreas naturais e artificiais de lazer, a APA promove lazer recreativo para crianças e tem capacidade de receber um grande número de visitantes, mesmo havendo carência de um centro de informações. Há equipamentos de lazer típico de praças públicas (escorregadores, balanços, gangorras etc.) associados à infraestrutura dos quiosques, o que torna a APA um ambiente agradável, tanto para adultos quanto para crianças. Os visitantes podem, ainda, se alimentar no local, estendendo o período de visita e o contato com a natureza. Não precisam se preocupar com o tempo de estada devido à fácil localização e acesso. Por possuir um mirante, a APA favorece a visualização da dimensão local e apreciação cênica ampla. Além do objetivo contemplativo, a estrutura se torna um ponto estratégico para observação de relações ecológicas e de seus recursos naturais. Trata-se de um excelente ponto sensibilizador. Todas essas áreas de lazer favorecem os diferentes modelos de visita (turístico, ecoturístico, cultural, desportivo etc.), evitando a exaustão dos visitantes e justificando o seu considerável fluxo. Por isso, a manutenção dos espaços na área deve ser rígida. A gerência de Unidade de conservação deve ser incisiva em sua fiscalização e nas propostas de reparo, sempre que determinadas situações aparentarem riscos à visita e à manutenção da vida.

É perceptível, já em poucas visitas, a identificação do elevado potencial ecoturístico da Unidade. No entanto, é facilmente notada a ausência de funcionários que assumam funções de fiscalização e controle ambiental. Parcerias com órgãos de esfera estadual e federal poderiam ser seladas para que a Unidade fosse mais bem gerenciada e fiscalizada, na impossibilidade do município fazê-lo. O diálogo entre as Secretarias municipais, principalmente a de Turismo e de Meio Ambiente é quase inexistente. As parcerias poderiam ampliar a fiscalização ambiental que, além de sua função fiscalizadora, poderiam assumir papel orientador de condutas, baseadas nas distintas legislações ambientais. O excessivo acúmulo de resíduos sólidos, pisoteio e aterramento ilegal causam desequilíbrios ambientais e denigrem a imagem local, sendo fatores depreciativos do potencial turístico. Logo, sem uma força policial ambiental adequada a Unidade se torna fragilizada e mais susceptível à deterioração. É imprescindível a presença de funcionários que zelem pela segurança e pela conservação do patrimônio público natural e artificial, o que, a nosso ver, ainda é escassa, se considerarmos a dimensão antropizada da unidade.

Conclusões

Por ser uma Unidade de fácil acesso e excelente infra-estrutura (quiosques, estacionamentos, espaços pavimentados para caminhadas, áreas de lazer infantil, balneário lacustre e marítimo, mirante etc.) a APA da Lagoa de Iriry recebe um fluxo considerável de turistas, sendo uma Unidade de conservação sustentável com elevado potencial ecoturístico devido a sua riqueza biológica e hidrográfica.

A APA da Lagoa de Iriry é uma Unidade de visita livre, não onerosa para os visitantes e de grande beleza cênica. Porque favorece e permite atividades educativas, comunitárias e escolares, pode ser considerada um espaço educacional não-formal, se-

gundo a definição de alguns autores (JACOBUCCI, 2008; GOHM, 1999).

Com toda sua infra-estrutura, apresenta lacunas desfavoráveis a uma prática ecoturística de qualidade, tais como escassez de funcionários de segurança de patrimônio e fiscalização ambiental, escassez de atividades de educação ambiental entrelaçadas e trabalhadas com a comunidade local e ausência de um espaço aglutinador informativo para visitantes (centro de visitantes) e funcionários tecnicamente formados.

Parcerias com outras esferas públicas poderiam ser realizadas no intuito de suprimir parte das deficiências. A fragmentação dos papéis das Secretarias municipais e seus respectivos isolamentos são desfavoráveis à criação de parcerias socioambientais no município, especialmente no que se refere à fiscalização e esclarecimento turístico e ambiental.

Por se localizar em zona antrópica que sofre degradação constante, as atividades de educação ambiental, deveriam ser mais incisivas e entrelaçadas com a comunidade local (CARVALHO, 1994), facilitando o amadurecimento socioambiental dos que ali habitam e configurando o caráter sustentável do APA, como assim propunha o Plano de manejo da Unidade (RIO DAS OSTRAS, 2004). Esse amadurecimento traria benefícios para a natureza e para o município, tanto do posto de vista ecológico quanto ecoturístico, principalmente por se tratar de um dos poucos refúgios de espécies de restinga no município de Rio das Ostras, outrora abundante no litoral, agora em processo de extinção, necessitando ser protegido.

A prática do ecoturismo em Unidades de Conservação, em particular na APA da Lagoa de Iriry, não deve ser vista apenas como prática de lazer em ambiente natural (ANDRADE, 2005; KINKER, 2005), mas como atividade que proporcione uma visão panorâmica do meio, envolvendo suas dimensões ecológicas, culturais, de lazer e saúde (física, mental e social), apresentando resultados positivos para os visitantes e para a comunidade local.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, W. J. Manejo de trilhas para o Ecoturismo. *In*: MENDOBÇA. R; NEIMAN, Z. (orgs.). **Ecoturismo no Brasil**. Barueri: Editora Manole, 2005, p. 131-152
- BARBANTI JR. O. Conflitos socioambientais: teorias e práticas. Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. Indaiatuba. **Anais** do I Encontro Anual . Indaiatuba. www.anppas.org.br, 2002.
- BRASIL. **Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação**. Áreas Protegidas do Brasil. Brasília: IBAMA/MMA, 2006.
- BRASIL. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza** - Lei nº 9.985. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 julho, 2000.
- CARVALHO, L. M. A temática ambiental e a formação de professores *In*: BICUDO, M.A.V.; SILVA JUNIOR, C. A. **Formação do educador**: dever do estado, tarefa da universidade. São Paulo: Editora UNESP, 1994.

EMBRATUR. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**. Brasília: MTur, 1994.

GOHM, M. G. **Educação não-formal e cultura política**. Impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo: Editora Cortez, 1999.

JACOBUECCI, D. F. C. (2008). Contribuições dos espaços não-formais de educação para a formação da cultura científica. **Revista em Extensão**. V. 7. pp.55 – 66, Uberlândia, 2008.

KINKER, S. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. 2ª Edição. Campinas: Editora Papirus, 2005.

PINTO, J. B.; ANDRADE, J. R. L.; SILVA, C. E. Possibilidades de desenvolvimento do Ecoturismo na Área de Proteção Ambiental Moro do Urubu, Aracajú, SE. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.1, n.1, pp. 42-61, 2008.

RIO DAS OSTRAS. **Plano de Manejo da APA da Lagoa de Iriry**. Rio das Ostras (RJ): Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca, 2004.

NOTAS

¹ Importante salientar que a Secretaria de Meio Ambiente vem realizando Projetos de Recuperação em distintas Unidades de conservação no Município, incluindo a APA da Lagoa de Iriry, em sua zona SCVS. O acompanhamento da realidade política do município nos revelou que um dos maiores problemas com os processos de recuperação da paisagem vegetal estão relacionadas à escassez de água para irrigação após os plantios.

² O NEAM é um Núcleo de Educação Ambiental desenvolvido em parceria com a Secretaria de educação e a do Meio ambiente, que presta auxílio em distintas atividades socioambientais, incluindo visitas guiadas e eventos socioambientais na Unidade.

AGRADECIMENTOS

O autor agradece a permissão e o apoio da Secretaria de Meio ambiente, Agricultura e Pesca de Rio das Ostras para a realização da pesquisa.

Francisco José Figueiredo Coelho: Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (SEE/RJ).

Email: francisco_bioeducacao@yahoo.com.br

Link para currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7119765838113303>

Data de submissão: 05 de abril de 2010.

Data do aceite: 10 de julho de 2010.